



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

7 de outubro

de 2021

Deputado Josimar é principal alvo de ação contra fraude e desvios

Pré-candidato ao governo do Maranhão pelo PL, é
alvo, pela segunda vez, de mais uma ação do
Ministério Público. POLÍTICA 3

Site:

**[https://imirante.com/oestadoma/online/reader/2021/10/07
/primeiro-caderno/pagina/1](https://imirante.com/oestadoma/online/reader/2021/10/07/#primeiro-caderno/pagina/1)**

Câmara concluiu votação de projeto sobre a lei de improbidade

A Câmara dos Deputados concluiu, ontem, a votação do projeto que flexibiliza a lei de **improbidade administrativa** e passa a exigir a comprovação de **dolo (intenção)** para a condenação de agentes públicos pelo crime de improbidade.

O projeto de lei foi aprovado pela Câmara em junho, mas voltou para análise dos deputados porque foi modificado pelo Senado. Por isso, na votação desta terça, 5, os deputados analisaram somente as Ontem, os deputados rejeitaram o único destaque (sugestão de alteração) que foi à votação e, com isso, mantiveram uma mudança feita pelo Senado para dar prazo de até um ano, após a publicação da lei, para que o **Ministério Público** manifeste interesse na continuidade de um processo de **improbidade administrativa**.

Na versão original da Câmara, no caso de ações abertas antes da vigência da lei, as Fazendas Públicas poderiam manter a titularidade das ações até o final dos processos.

Segundo o deputado General Peternelli (PSL-SP), que defendeu a aprovação do destaque, um ano é um período curto para que o **Ministério Público** analise as ações - portanto, a versão da Câmara seria mais adequada, segundo ele.

"Essa proposta faz com que todas as ações que tiveram início na Fazenda Nacional parem, prejudicando-as.

O **Ministério Público** terá que analisar todas essas ações no prazo de um ano. Isso não vai permitir uma análise correta", justificou General Peternelli (PSL-SP), a favor do destaque.

Agora, a proposta segue para sanção do presidente Jair Bolsonaro, que pode cancelar ou vetar a proposta.

Uma das principais alterações estabelecidas pela proposta é que será exigida a comprovação de dolo - intenção de cometer irregularidade - para a condenação de agentes públicos.

Pelo projeto, servidores públicos que tomarem decisões com base na interpretação de leis e jurisprudências também não poderão ser condenados

por improbidade.

O texto ainda determina que só será cabível ação por improbidade se houver dano efetivo ao patrimônio público.

Improbidade Atualmente, a lei de improbidade permite a condenação de agentes públicos que lesarem os cofres públicos por omissões ou atos dolosos e culposos, isto é, com ou sem intenção de cometer crime.

Para especialistas, a mudança prevista no projeto, na prática, dificulta a condenação e, conseqüentemente, pode atrapalhar o combate a irregularidades.

Segundo o presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Ubiratan Cazetta, é "muito difícil" comprovar a intenção nos casos de improbidade.

Por sua vez, defensores da medida, parlamentares em sua maioria, dizem que a alteração é necessária para dar mais segurança aos gestores públicos na tomada de decisões, principalmente, nas prefeituras de pequenas cidades.

Site:

<https://imirante.com/oestadoma/online/reader/2021/10/07/primeiro-caderno/pagina/1>

Josimar é alvo de operação do MP/MA contra fraude e desvios

THIAGO BASTOS *Da editoria de Política*

Odeputado federal e pré-candidato ao governo do **Maranhão**, Josimar de Maranhãozinho (PL), foi alvo, pela segunda vez em menos de um ano, de operação que apura possível envolvimento do parlamentar em esquema de desvios de verbas públicas e fraudes.

Em dezembro do ano passado, uma operação da Polícia Federal intitulada de Operação Descalabro apurou suposto esquema de encaminhamento ilícito de valores públicos para fontes indevidas na área da saúde. Os desvios seriam da ordem de R\$ 15 milhões.

Na ação mais recente, o **Ministério Público** do Estado do **Maranhão (MP/MA)**, por meio do Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas, por meio da Operação **Maranhão** Nostrum, cumpriu ontem mais de 60 mandados de busca e apreensão em 13 municípios do estado para apurar possíveis fraudes em processos licitatórios na contratação da empresa Águia Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda.

De acordo com o MP, compôs o quadro societário da empresa Águia Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda o deputado Josimar de Maranhãozinho e o empresário Irismar Cunha Rodrigues.

Ainda segundo o MP, os fatos verificados ocorreram entre os anos de 2014 a 2018, período no qual, segundo o órgão, foi movimentado o montante de mais de R\$ 159 milhões originado de contratos administrativos pactuados. Segundo as investigações, em somente sete contratos firmados entre a empresa e os municípios citados, foram arrecadados mais de R\$ 14 milhões.

Durante as apurações, os envolvidos constataram ainda que a Construtora Madry, também supostamente pertencente à Josimar de Maranhãozinho e Irismar Cunha foi beneficiada em pregão em Araganã com contrato firmado no valor de quase R\$ 1,6 milhão.

De acordo com o **Gaeco**, os indícios apontam para a presença de um núcleo político liderado por Josimar que, segundo o MP, formou uma rede especializada na "dilapidação de recursos públicos". No cumprimento de mandados, foram apreendidos documentos,

computadores, cheques, dinheiro, joias, veículos e lanchas.

A operação coincide com a intensificação as articulações de Josimar no interior do estado, tendo em vista o pleito do ano que vem.

Há alguns dias, Josimar reuniu centenas de aliados para o Primeiro Encontro de Vereadores em Bacabal.

Antes desta operação do MP, Josimar havia declarado a aliados que seria candidato com ou sem a anuência do governador do Estado, Flávio Dino (PSB). Em julho deste ano, em tentativa de consenso de aliados, o governador promoveu a assinatura da chamada "Carta de Compromisso". Josimar não esteve presente.

Manifestação Em nota, o deputado federal Josimar de Maranhãozinho disse que foi "surpreendido" com uma operação definida por ele como "espetaculosa".

O parlamentar negou no documento ser sócio da empresa alvo das apurações e "se colocou à disposição para esclarecimentos".

O deputado disse ainda que espera que o episódio "não tenha qualquer conotação ou motivação política" e que irá "atrás de respostas" quanto aos fatos levantados.

Por fim, o parlamentar deixou nas entrelinhas que o projeto de pré-candidatura ao governo maranhense prossegue normalmente

-

Repercussão de operação é nula no meio político

Parlamentares da base de apoio e oposição, além de outras autoridades não comentaram, até o fechamento desta edição, acerca do suposto envolvimento de Josimar de Maranhãozinho em esquema de fraudes em procedimentos licitatórios.

Na sessão de ontem na Assembleia Legislativa do **Maranhão** (AL) por exemplo, apenas o deputado estadual Wellington do Curso (PSDB) relacionou o caso a uma possível "perseguição política" do governador Flávio Dino (PSB).

Citado, o governador não comentou o fato e confirmou apenas o ex-deputado federal e ex-prefeito de Imperatriz, Sebastião Madeira, como novo presidente da Companhia Maranhense de Gás (Gasmar).

Já na Câmara dos Deputados, discussões acerca do ICMS dos combustíveis e outros temas protagonizaram os debates nas últimas horas.

MAIS

Irregularidade

Ainda em 2020, Josimar também teve o seu nome envolvido em outras supostas irregularidades.

Em 24 de agosto, a Promotoria Eleitoral da 89ª Zona de São Luís ingressou com Representação contra o parlamentar e sua esposa, a então pré-candidata Detinha por propaganda antecipada. À época, ambos negaram qualquer tentativa de ilicitude.

Site:

<https://imirante.com/oestadoma/online/reader/2021/10/07/#primeiro-caderno/pagina/1>

Esconde-esconde - ESTADO MAIOR

ESTADO MAIOR

Há um claro jogo de esconde-esconde em relação à proposta de atualização do Plano Diretor de São Luís. A Prefeitura da capital diz que a Câmara já tem condições de votar o texto, e os vereadores dizem que falta ajustes do Poder Executivo, conforme observações do **Ministério Público** Estadual (MP) após as audiências públicas ocorridas para debater as propostas.

E o jogo de esconde-esconde se dá por um único motivo: os vereadores que na legislação passada criticaram o Plano Diretor enviado pela gestão do então prefeito Edivaldo Júnior (PSD) agora não mais podem manter a posição de outrora. Explica-se: se as adaptações propostas pelo MP conforme defenderam muitos vereadores forem feitas pela Prefeitura de São Luís, o prefeito Eduardo Braide (Podemos) terá complicações com a iniciativa privada, com a classe empresarial.

Mas, Braide também defendeu um texto conforme observações do MP e seria, no mínimo, incoerência agora não fazer as adaptações propostas pelo órgão de fiscalização.

A ideia, tanto de parte dos vereadores quanto do prefeito Eduardo Braide, é aguardar o melhor momento (que poderia ser mais próximo das eleições do próximo ano, quando a população terá os olhos voltados para o pleito) para tentar aprovar uma atualização do Plano Diretor de São Luís que possa fazer o que diz o **Ministério Público** sem prejudicar o setor empresarial e, assim, evitar pressões futuras.

Vale lembrar que o Plano Diretor da capital maranhense deveria ter sido atualizado em 2016, já que o texto em vigência é de 2006 e a atualização das regras deve acontecer a cada década.

Maranhão Nostrum

O **Ministério Público** Estadual mostrou produtos da apreensão ocorrida ontem no bojo da Operação Maranhão Nostrum.

Foram joias, dinheiro em espécie, cheques, automóveis, relógios, lanchas e até uma arma de fogo. O centro da operação foi o deputado federal Josimar de Maranhãozinho (PL).

Ele é apontado pelo MP como sócio da empresa Águia

Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda., que tinha contratos fraudulentos com prefeituras do interior do estado. Previsão de licitações falsas que somam cerca de R\$ 160 milhões.

DE OLHO

R\$ 159 milhões é o valor dos contratos com licitação de 2014 a 2018 que o **Ministério Público** diz terem sido fraudados para favorecer empresa de Josimar de Maranhãozinho.

Motivos

A conotação dada por Josimar diz respeito aos movimentos dele em busca de viabilidade para disputar o governo do Maranhão em 2022.

Para garantir que entrará na corrida pelo Palácio dos Leões, Maranhãozinho ensaiou críticas ao governo estadual e também ao governador Flávio Dino (PSB).

E devido a estas críticas e a dispensa de sentar para conversar com Dino para 2022 é que Josimar insinua perseguição política por meio da operação do MP e da Polícia Civil.

Site:

<https://imirante.com/oestadoma/online/reader/2021/10/07/#primeiro-caderno/pagina/1>

MP investiga fraudes envolvendo deputado

Mais uma operação de combate à corrupção foi deflagrada no **Maranhão**. Uma cidade do Ceará também foi alvo da ação, que contou com a participação do Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público do Maranhão**, com apoio da Polícia Civil do **Maranhão**, por meio da Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor), Centro Tático Aéreo (CTA) e diversas outras unidades.

A Operação **Maranhão** Nostrum contou com mais de sessenta mandados de busca e apreensão, expedidos pela 1ª Vara Criminal da Comarca da Grande Ilha de São Luís, foram cumpridos em 13 municípios do **Maranhão**: São Luís, Maranhãozinho, Zé Doca, Aruanã, Carutapera, Centro do Guilherme, Pedro do Rosário, Pinheiro, Santa Inês, Miranda do Norte, Presidente Médici, São José de Ribamar, Parnarama, e na cidade de Várzea Alegre, no estado do Ceará.

Participam da operação 54 equipes da Polícia Civil, além de promotores de justiça e servidores do **Gaeco** integrantes dos núcleos de São Luís, Imperatriz e Timon, bem como promotores de justiça das Comarcas de Maracaçumé, Zé Doca, Santa Inês e Guimarães, além de servidores públicos.

Investigação A Operação **Maranhão** Nostrum é resultado do Procedimento Investigatório Criminal nº 011660-750/2018, instaurado no âmbito do **GAECO** em 2018, para apurar possíveis fraudes em processos licitatórios para contratação da empresa Águia Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda nos municípios maranhenses de Aruanã, Carutapera, Centro do Guilherme, Maranhãozinho, Pedro do Rosário e Zé Doca entre os anos de 2014 a 2018, período no qual foi movimentado o montante de R\$ 159.745.884,37 originado de contratos administrativos pactuados entre as empresas investigadas e os Municípios relacionados.

Compôs o quadro societário da empresa Águia Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda os investigados Josimar Cunha Rodrigues, mais conhecido como Josimar de Maranhãozinho, atualmente deputado federal e Irismar Cunha Rodrigues. Eles também são sócios de outra empresa, Construtora Madry que, embora não tenha contratado com nenhum Município, recebeu valores de outras empresas vencedoras de certames licitatórios.

Origem do nome A Operação **Maranhão** Nostrum

recebeu esse nome em alusão ao "Mare Nostrum", termo latino que significa "O Nosso Mar", dado ao Mar Mediterrâneo pelos romanos, após a conquista de extensões territoriais que os tornavam dominadores da província romana da Hispânia até a do Egito. No presente contexto, a tendência de dominação e poder em diversos municípios mostrou uma organização criminosa com controle da máquina pública para malversação de recursos e práticas ilegais que beneficiam ao mesmo grupo político.

Site:

<https://banca.oimparcial.com.br/app/uploads/edicoes/2021/oimparcial-36.492.orig.pdf>

Operação cumpre mandados de busca e apreensão em municípios do MA

O Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público do Maranhão** realizou a Operação **Maranhão Nostrum**, em parceria com a Polícia Civil do **Maranhão**. Foram cumpridos 60 mandados de busca e apreensão. Durante a operação, foram apreendidos documentos, computadores, cheques, dinheiro, joias, veículos e lanchas. A Operação **Maranhão Nostrum** é resultado de investigação para apurar possíveis fraudes em processos licitatórios para contratação da empresa Águia Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda.

Site:

<https://oprogressonet.com/centraldocliente/verpdf/R7TqiPp=m9nrLzLsnCm9IyoZLQTV6wYt9xnB3t0>

Câmara conclui votação de projeto que revisa a Lei de Improbidade Administrativa

A Câmara dos Deputados concluiu, nesta quarta-feira (6), a votação do projeto que revisa a Lei de **Improbidade Administrativa** (PL 2505/21 - antigo PL 10887/18), que vai agora para sanção presidencial. A maior alteração do texto é a exigência de dolo (intenção) para que agentes públicos sejam responsabilizados.

Danos causados por imprudência, imperícia ou negligência não poderão ser configurados como improbidade.

A ação deverá comprovar a vontade livre e consciente do agente público de alcançar o resultado ilícito, não bastando a voluntariedade do agente ou o mero exercício da função. Também não poderá ser punida a ação ou omissão decorrente de divergência na interpretação da lei.

Serão alterados ainda o rol das condutas consideradas improbidade e o rito processual, dando ao **Ministério Público** a possibilidade de celebrar acordos, e ao juiz a opção de converter sanções em multas.

A **improbidade administrativa** tem caráter cível, não se trata de punição criminal. São atos de agentes públicos que atentam contra o Erário, resultam em enriquecimento ilícito ou atentam contra os princípios da administração pública. Entre as penas previstas estão: ressarcimento ao Erário, indisponibilidade dos bens, perda da função pública e suspensão dos direitos políticos. Advogados públicos A votação do projeto foi concluída após a aprovação em Plenário, por 287 votos a 133, de uma emenda do Senado Federal que estabelece prazo de um ano para que o **Ministério Público** declare interesse na continuidade dos processos em andamento, inclusive em grau de recurso, ajuizados por advogados públicos.

O prazo é criado porque a revisão da Lei de Improbidade determina legitimidade privativa do **Ministério Público** para a propositura da ação de improbidade, retirando dos advogados públicos essa possibilidade.

Alguns deputados defenderam a rejeição da emenda, para que os advogados mantivessem a titularidade das ações ajuizadas até a nova lei e não houvesse paralisação de casos em andamento.

Nepotismo Na sessão de ontem, os deputados aprovaram alterações pontuais e rejeitaram emenda do Senado sobre nepotismo. O texto aprovado pela Câmara inclui a súmula do Supremo Tribunal Federal (STF) que proíbe contratação de parentes no rol das condutas consideradas improbidade, mas estabelece que não se configurará improbidade a mera nomeação ou indicação política por parte dos detentores de mandatos eletivos, sendo necessária a aferição de dolo com finalidade ilícita por parte do agente.

A emenda dos senadores pretendia incluir o nepotismo como exceção à regra que exige dolo com finalidade ilícita para caracterizar nomeações dos agentes com mandatos eletivos.

"A emenda que trata do nepotismo é inoportuna, na medida em que não contribui para a clareza, precisão e ordem lógica na interpretação do texto. Julgamos que o texto original aprovado nesta Casa, mais direto e claro, é o que melhor resguarda o interesse público, atenua a possibilidade de interpretações ambíguas da norma", disse o relator do projeto, deputado Carlos Zarattini (PT-SP). "O nepotismo, no artigo 11 do projeto, já é caracterizado como **improbidade administrativa** de forma muito límpida", explicou.

Site:

<https://oprogressonet.com/centraldocliente/verpdf/R7TqiPp=m9nrLzLsnCm9IyoZLQTV6wYt9xnB3t0>

Operação - BASTIDORES

CORIOLANO FILHO

O assunto que predominou nos meios políticos no **Maranhão**, ontem, foi a operação do Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público** do **Maranhão** contra supostas fraudes em licitações em alguns municípios que teriam beneficiado o deputado federal Josimar de Maranhãozinho (PL), que seria do quadro societário da empresa Águia Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda. O deputado divulgou nota considerando a ação uma "operação espetacular" e "estranho episódio". Ele negou que seja do quadro societário da empresa.

Site:

<https://oprogressonet.com/centraldocliente/verpdf/R7TqiPp=m9nrLzLsnCm9IyoZLQTV6wYt9xnB3t0>

Meninas - FORA DA PAUTA

A exposição coletiva "Ser Menina: Direito à vida, descobertas e conquistas" abrirá, nesta sexta-feira, 8, às 8h, a programação realizada pelo **Ministério Público** do Maranhão, por meio de sua Escola Superior, em alusão ao Dia Internacional da Menina, celebrado no dia 11 de outubro.

A mostra reúne obras dos estudantes do Centro de Ensino Maria José Aragão, da Cidade Operária, e da Fundação Justiça e Paz se Abraçarão, produzidas em oficina ministrada pela artista plástica Cláudia Sopas.

Site:

<https://oprogresonet.com/centraldocliente/verpdf/R7TqiPp=m9nrLzLsnCm9IyoZLQTV6wYt9xnB3t0>

Espaço - FORA DA PAUTA

A abertura oficial será no Espaço Márcia Sandes, na Procuradoria Geral de Justiça, no Calhau, mas a exposição também estará em cartaz no Espaço de Artes Ilzé Cordeiro, no Centro Cultural do **MPMA**, no centro. Nos dois espaços, a exposição poderá ser conferida até o mês de novembro.

Site:

<https://oprogressonet.com/centraldocliente/verpdf/R7TqiPp=m9nrLzLsnCm9IyoZLQTV6wYt9xnB3t0>

Josimar diz nunca ter sido alvo de investigação quando gestor público (Política)

Da Redação

Confira:

Hoje, 06/10/21, fomos surpreendidos com uma ação orquestrada pelo Estado, na figura do **GAECO** - grupamento pertencente ao **Ministério Público** Estadual, Polícias Civil e Militar. Essa ação pautou-se em notícias de blogs e contratos licitatórios que não tem absolutamente nenhuma relação com os parlamentares Josimar Maranhãozinho e Detinha que desconhecem a real motivação da invasão policial a sua residência e escritório.

Afinal, quando gestores no executivo municipal, nunca responderam a nenhuma ação por desvios de recursos ou danos ao erário.

A empresa de sua propriedade, há cerca de uma década, nunca estabeleceu contratos com órgãos públicos ou mesmo participou de processos licitatórios.

Ressaltamos ainda que nenhuma prova foi apresentada, o que aumenta ainda mais a estranheza acerca de tal operação ou mesmo o que realmente buscavam.

Lembramos que os CPF's dos parlamentares não figuram em quadros societários das empresas apresentadas.

Reiteramos estarmos à disposição para quaisquer esclarecimentos necessários e que seguimos trabalhando para atendermos nossa população e honrando cada voto que tivemos.

ASCOM - Deputado Josimar de Maranhãozinho

Site: <https://acartapolitica.com.br/2021/10/07/josimar-diz-nunca-ter-sido-alvo-de-investigacao-quando-gestor-publico/>

IMPERATRIZ MPMA recomenda depoimento especial em crimes praticados contra crianças de até 7 anos

O **Ministério Público** do Maranhão expediu Recomendação, no último dia 27, à Delegacia de Proteção à Criança e Adolescente (DPCA) de Imperatriz orientando o depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de crime de abuso e exploração sexual.

A Recomendação foi formulada pela titular da 4ª Promotoria de Justiça Criminal, Samira Mercês dos Santos, e remetida ao delegado titular da DPCA, Fairlano Aires Azevêdo. O documento foi motivado por conta de informações enviadas em diversos ofícios pelo próprio delegado, que noticiou grande número de inquéritos com dificuldades para conclusão das investigações nos prazos determinados pelo Código de Processo Penal por falta de materialidade.

Na Recomendação, a promotora de justiça explica que o depoimento especial deve ser realizado quando houver indícios de materialidade e autoria de crimes praticados contra crianças de até sete anos de idade.

A representante ministerial reforça ainda que se faz necessária a comunicação e ciência do fato ao **Ministério Público**, especialmente à 4ª Promotoria de Justiça Criminal, responsável pela persecução penal de crimes contra criança e adolescente para acompanhamento dos prazos e diligências do inquérito policial.

A promotora de justiça esclarece também que a 4ª Promotoria de Justiça Criminal requisita medidas cautelares de prisão e antecipação da produção de provas, principalmente nos casos em que os investigados fogem do local do delito com o intuito de dificultar a investigação dos crimes.

"Temos vários problemas com os inquéritos policiais, tais como atraso do trâmite investigativo, da comunicação ao judiciário, ausência de pedidos de antecipação de provas etc. O depoimento especial é imprescindível para esclarecer os fatos. A ausência da pronta oitiva da vítima traz grandes dificuldades de obtenção da prova porque o lapso temporal também é fator de vitimização secundária e deve ser evitado", destaca a representante do **Ministério Público**, Samira Mercês.

A Delegacia tem quinze dias para informar sobre as providências adotadas para o cumprimento do recomendado.

DEPOIMENTO ESPECIAL

A metodologia do Depoimento Especial consiste em levar a criança vítima ou testemunha de abuso para uma sala especial, mais acolhedora, garantindo sua segurança e dignidade. A metodologia se baseia em escuta protegida e menos invasiva.

Neste espaço deve permanecer somente a criança e o entrevistador, que poderá ser um assistente social ou um psicólogo. Este profissional deverá ser capacitado em entrevista forense com crianças e adolescentes, possibilitando o relato livre e adequando as perguntas à linguagem infanto-juvenil.

Site: <https://arimateiajr.com/noticia/1067335/imperatriz-mpma-recomenda-depoimento-especial-em-crimes-praticados-contra-criancas-de-ate-7-anos>

Procurador-geral recebe homenagem e cumpre agenda institucional

Em Timon, nesta quarta-feira, 6, o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, recebeu dos servidores das **Promotorias de Justiça de Timon** placa em homenagem aos serviços prestados ao **Ministério Público** do Maranhão. Em seguida, se reuniu com a prefeita de Timon, Dinair Veloso.

Também nas dependências do prédio das Promotorias de Timon, Nicolau verificou a cabine de teleatendimento implantada pela direção do órgão. O chefe do **MPMA** demonstrou interesse em multiplicar o modelo em outras comarcas.

A servidora Sherly Maclaine foi a oradora na homenagem ao procurador-geral de justiça. Uma placa foi entregue pela também servidora Luciana Lima.

Ainda no auditório da sede do **MPMA** em Timon, a servidora Adriana Cunha entregou ao chefe da instituição o livro Violência Intrafamiliar contra pessoa idosa, resultado do seu trabalho de conclusão do mestrado, que aborda o trabalho das assistentes sociais do **Ministério Público** na defesa dos idosos.

Eduardo Nicolau, ao agradecer a homenagem, destacou como fundamentais, para o bom funcionamento do trabalho no **Ministério Público**, o reconhecimento dos servidores e o bom tratamento a todos aqueles que procuram a instituição.

"Eu sei que, sem estes pilares, os papéis de nenhum **promotor de justiça**, ou mesmo do procurador-geral, não seriam cumpridos a contento", finalizou Nicolau.

REUNIÃO COM A PREFEITA

Seguindo a agenda de compromissos, o procurador-geral se reuniu com a prefeita de Timon, Dinair Veloso, para tratar do fortalecimento da parceria entre o órgão ministerial e a gestão municipal.

Acompanharam o chefe do **MPMA**, o diretor-geral da Procuradoria Geral de Justiça, Júlio César Guimarães, e o **promotor de justiça** Fábio Menezes de Miranda, diretor das Promotorias de Timon.

MPPI

Em Teresina, Eduardo Nicolau teve reunião com o procurador geral de justiça do MPPI, Cleandro Alves

de Moura, para tratar do atendimento de pacientes do Maranhão no Piauí. Também participaram do encontro o **promotor de justiça** Fábio Menezes de Miranda; Saneý Sampaio (secretário de governo), João Santos (procurador-geral do Município), Marcus Vinícius Cabral (secretário municipal de Saúde) e Jesus Mouzinho (assessora da Secretaria Municipal de Saúde), que representaram o município de Timon.

Site: <https://omaranhense.com/procurador-geral-recebe-homenagem-e-cumpre-agenda-institucional/>

Imagens do dia: dinheiro, joias, arma e carros de luxo apreendidos na operação contra empresas de Josimar de Maranhãozinho

GILBERTO LIMA

O Grupo de Atuação Especial no

Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público** do **Maranhão**

deu mais detalhes da Operação Nostrum, deflagrada na manhã dessa quarta-feira

(06), em parceria com a Polícia Civil do **Maranhão**, por meio da Superintendência

Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor), Centro Tático

Aéreo (CTA) e outras unidades, em 14

municípios do **Maranhão** e na cidade de Várzea Alegre no Ceará.

Durante a operação, foram apreendidos

documentos, computadores, cheques, dinheiro, joias, veículos e lanchas. Em

Pinheiro, um dos municípios onde as equipes atuaram, um homem foi preso por

posse ilegal de arma de fogo. Todo o material será analisado pelo **Gaeco**.

A decisão judicial também determinou

o bloqueio de contas e aplicações bancárias dos envolvidos até o limite de R\$

159.745.884,37, total de recursos públicos que teriam sido movimentados pela

organização. Além disso, o juiz Ronaldo Maciel determinou o afastamento de

Irismar Cunha Rodrigues e de Herbeth Costa Penha

dos cargos que ocupam

junto à Prefeitura de Zé Doca.

A Operação **Maranhão** Nostrum é

resultado do Procedimento Investigatório Criminal nº 011660-750/2018,

instaurado no âmbito do **Gaeco** em 2018, para apurar possíveis fraudes em

processos licitatórios para contratação da empresa Águia Farma Distribuidora de

Medicamentos Ltda. nos municípios maranhenses de Araganã, Carutapera, Centro

do Guilherme, Maranhãozinho, Pedro do Rosário e Zé Doca entre os anos de 2014 a

2018.

Constatou-se, por meio das análises

técnicas realizadas pelo Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro

(LAB-LD/**MPMA**), que a empresa Águia Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda.

foi beneficiada em diversos certames, sendo os primeiros sócios Josimar Cunha

Rodrigues e Irismar Cunha Rodrigues.

Estima-se que, somente em sete contratos

realizados com os municípios envolvidos, os valores alcançaram mais de R\$ 14

milhões. Ao longo da investigação,

observou-se que outra empresa, Construtora Madry,

também pertencente aos

investigados Josimar Cunha Rodrigues e Irismar Cunha Rodrigues, foi beneficiada

no Pregão Presencial nº 03/2014 do Município de Araganã, sendo a única licitante

do certame a firmar o contrato no valor de R\$ 1.593.900,00.

As investigações apontaram que, nos

anos subsequentes, embora não tenha pactuado nenhum contrato com municípios

maranhenses, a empresa recebeu o montante de R\$ 6.252.240,24 de outras empresas

alvos da investigação. Essas empresas haviam firmado contratos com os

municípios envolvidos. São elas: Tencol Terra Nova, Atos Engenharia, J B Construções,

Terraplam Construção, Joas Consultoria, R L Nunes dos Santos Almeida, Josimar

Viegas Almeida, Atos Engenharia, Projex Construções e Locações EIRELI - ME, Arbo

Empreendimentos e Almeida e Lima.

Além disso, detectaram-se transações

suspeitas das duas empresas Águia Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda. e

Construtora Madry para Antônia Lima de Araújo e Mozeli Borges da Silva, ambos

vereadores do município de Centro do Guilherme que possuem vínculo

social/político com Josimar de Maranhãozinho; para Thiago da Costa Rodrigues,

Eduardo Daniel de Sousa Neto, Elicielma de Sousa Vieira Sampaio e Antônia Jordânia

Silva, servidores comissionados dos respectivos municípios; para Luciana Macedo

Barbosa, Lucas Emanuel Costa Cunha e Gildeilma dos Reis Martins, servidores comissionados

lotados no gabinete de Josimar de Maranhãozinho, no período em que foi deputado

estadual do **Maranhão**; para os ex-prefeitos Valmir Belo Amorim (Araguanã 2012 -2020),

José Auricélio de Moraes Leandro (Maranhãozinho 2012 - 2020), André Santos Dourado

(Carutapera 2016 - 2020), e ainda em favor de parentes do deputado federal.

De acordo com o **Gaeco**, os indícios

apontam para a presença de um núcleo político liderado por Josimar Cunha

Rodrigues que, por exercer forte influência nos municípios de Araganã,

Carutapera, Centro do Guilherme,

Maranhãozinho, Pedro do Rosário e Zé Doca, formou uma rede especializada na

dilapidação de recursos públicos.

Para isso, foi necessário que

houvesse um núcleo dos "laranjas", ou seja, as pessoas físicas que cediam suas

contas bancárias para as movimentações financeiras criminosas. Como financiadoras,

pertenciam ao núcleo empresarial as sociedades que possuem vínculos políticos

e/ou sociais com Josimar de Maranhãozinho e contrataram com os municípios de Araganã,

Carutapera, Centro do Guilherme, Maranhãozinho, Pedro do Rosário e Zé Doca entre

os anos de 2014 e 2018.

Portanto, percebeu-se que Josimar

Cunha Rodrigues ordenava e liderava a organização criminosa que envolvia cerca

de 40 pessoas, dentre elas, sócios de empresas que contratavam com Prefeituras

maranhenses ligadas a ele, vereadores, funcionários da Assembleia Legislativa

do Estado do **Maranhão**, funcionários públicos municipais e familiares. O

objetivo de obter vantagem econômica ilícita era concretizado por meio de licitações

fraudulentas, prática de peculato e por meio de transferências suspeitas que apresentam

indícios de "lavagem" de dinheiro.

Site: <https://www.gilbertolima.com.br/2021/10/imagens-do-dia-dinheiro-joias-arma-e.html>

Ação contra Josimar apreendeu jóias, cheques, dinheiro e arma

Cláudio Sabá

O

Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do

Ministério Público do **Maranhão** realizou, na manhã desta quarta-feira, 6, a

Operação **Maranhão** Nostrum, em parceria com a Polícia Civil do **Maranhão**, por

meio da Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor),

Centro Tático Aéreo (CTA) e outras unidades.

Mais

de 60 mandados de busca e apreensão, expedidos pela 1ª Vara Criminal da Comarca

da Grande Ilha de São Luís, foram cumpridos em 14 municípios do **Maranhão** e na

cidade de Várzea Alegre no Ceará. Participam da operação 54 equipes da Polícia

Civil, além de promotores de justiça e servidores do **Gaeco** integrantes dos

núcleos de São Luís, Imperatriz e Timon, bem como promotores de justiça das

Comarcas de Maracaçumé, Zé Doca, Santa Inês e Guimarães, além de servidores

públicos.

Durante

a operação, foram apreendidos documentos, computadores, cheques, dinheiro,

jóias, veículos e lanchas. Em Pinheiro, um dos municípios onde as equipes

atuaram, um homem foi preso por posse ilegal de arma de fogo. Todo o material

será analisado pelo **Gaeco**.

A

decisão judicial também determinou o bloqueio de contas e aplicações bancárias

dos envolvidos até o limite de R\$ 159.745.884,37, total de recursos públicos

que teriam sido movimentados pela organização. Além disso, o juiz Ronaldo

Maciel determinou o afastamento de Irismar Cunha Rodrigues e de Herbeth Costa

Penha dos cargos que ocupam junto à Prefeitura de Zé Doca.

Em

nota, Josimar negou irregularidades.

INVESTIGAÇÃO

A

Operação **Maranhão** Nostrum é resultado do Procedimento Investigatório Criminal

nº 011660-750/2018, instaurado no âmbito do **Gaeco** em 2018, para apurar

possíveis fraudes em processos licitatórios para contratação da empresa Águia

Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda. nos municípios maranhenses de

Araguanã, Carutapera, Centro do Guilherme, Maranhãozinho, Pedro do Rosário e Zé

Doca entre os anos de 2014 a 2018.

Constatou-se,

por meio das análises técnicas realizadas pelo Laboratório de Tecnologia Contra

Lavagem de Dinheiro (LAB-LD/**MPMA**), que a empresa Águia Farma Distribuidora de

Medicamentos Ltda. foi beneficiada em diversos certames, sendo os primeiros

sócios Josimar.

Cunha

Rodrigues e Irismar Cunha Rodrigues. Estima-se que, somente em sete contratos

realizados com os municípios envolvidos, os valores alcançaram mais de R\$ 14

milhões. Ao longo da investigação, observou-se que outra empresa, Construtora

Madry, também pertencente aos investigados Josimar Cunha Rodrigues e Irismar

Cunha Rodrigues, foi beneficiada no Pregão Presencial nº 03/2014 do Município

de Araguanã, sendo a única licitante do certame a firmar o contrato no valor de

R\$ 1.593.900,00.

As

investigações apontaram que, nos anos subsequentes, embora não tenha pactuado

nenhum contrato com municípios maranhenses, a empresa recebeu o montante de R\$

6.252.240,24 de outras empresas alvos da investigação. Essas empresas haviam

firmado contratos com os municípios envolvidos. São elas: Tencol Terra Nova,

Atos Engenharia, J B Construções, Terraplam Construção, Joas Consultoria, R L

Nunes dos Santos Almeida, Josimar Viegas Almeida, Atos Engenharia, Projex

Construções e Locações EIRELI - ME, Arbo Empreendimentos e Almeida e Lima.

Além

disso, detectaram-se transações suspeitas das duas empresas Águia Farma Distribuidora

de Medicamentos Ltda. e Construtora Madry para Antônia Lima de Araújo e Mozeli

Borges da Silva, ambos vereadores do município de Centro do Guilherme que

possuem vínculo social/político com Josimar de Maranhãozinho; para Thiago da

Costa Rodrigues, Eduardo Daniel de Sousa Neto, Elicielma de Sousa Vieira

Sampaio e Antônia Jordânia Silva, servidores comissionados dos respectivos

municípios; para Luciana Macedo Barbosa, Lucas Emanuel Costa Cunha e Gildeilma

dos Reis Martins, servidores comissionados lotados no gabinete de Josimar de

Maranhãozinho, no período em que foi deputado estadual do **Maranhão**; para os

ex-prefeitos Valmir Belo Amorim (Araguanã 2012 - 2020), José Auricélio de

Morais Leandro (Maranhãozinho 2012 - 2020), André Santos Dourado (Carutapera

2016 - 2020), e ainda em favor de parentes do deputado federal.

De

acordo com o **Gaeco**, os indícios apontam para a presença de um núcleo político

liderado por Josimar Cunha Rodrigues que, por exercer forte influência nos

municípios de Araguanã, Carutapera, Centro do Guilherme, Maranhãozinho, Pedro

do Rosário e Zé Doca, formou uma rede especializada na dilapidação de recursos

públicos.

Para

isso, foi necessário que houvesse um núcleo dos "laranjas", ou seja, as pessoas

físicas que cediam suas contas bancárias para as movimentações financeiras

criminosas. Como financiadoras, pertenciam ao núcleo

empresarial as sociedades

que possuem vínculos políticos e/ou sociais com Josimar de Maranhãozinho e

contrataram com os municípios de Araganã, Carutapera, Centro do Guilherme,

Maranhãozinho, Pedro do Rosário e Zé Doca entre os anos de 2014 e 2018.

Portanto,

percebeu-se que Josimar Cunha Rodrigues ordenava e liderava a organização

criminosa que envolvia cerca de 40 pessoas, dentre elas, sócios de empresas que

contratavam com Prefeituras maranhenses ligadas a ele, vereadores, funcionários

da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, funcionários públicos

municipais e familiares. O objetivo de obter vantagem econômica ilícita era

concretizado por meio de licitações fraudulentas, prática de peculato e por

meio de transferências suspeitas que apresentam indícios de "lavagem" de

dinheiro

(Fonte: Blog do Gilberto Léda)

Site: <http://www.blogdosaba.com.br/2021/10/acao-contra-josimar-apreendeu-joias.html>

Alvo de nova operação policial por suspeita de corrupção, Maranhãozinho pode perder espaço

Ribamar Correa

O deputado federal Josimar de Maranhãozinho (PL), pré-candidato ao Governo do Estado, foi colocado ontem numa situação de extremo desconforto, instabilidade e incerteza quanto ao seu futuro político, depois que a força-tarefa do Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do **Ministério Público** do **Maranhão**, realizou ontem a Operação **Maranhão** Nostrum, e parceria com a Polícia Civil do **Maranhão**, por meio da Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor), Centro Tático Aéreo (CTA) e outras unidades. O **Gaeco** cumpriu 60 mandatos judiciais em 14 municípios, onde empresas - algumas delas ligadas ao parlamentar - faturaram pelo menos R\$ 150 milhões em operações marcadas por suspeitas, entre elas Zé Doca, cuja prefeita Josenilda Cunha Rodrigues (PL) é irmã do parlamentar. A ação do **Gaeco** ocorre menos de um ano depois da Operação Descalabro, por meio da qual a Polícia Federal investigava o desvio de pelo menos R\$ 15 milhões de recursos destinados à Saúde.

A reação do deputado Josimar de Maranhãozinho foi a mesma nos dois casos: está sendo vítima de perseguição, que pode ser ou não de natureza política. Ele diz suspeitar de que isso está ocorrendo por causa da sua ação política. Os cerca de R\$ 6,5 milhões encontrados em caixas de papelão no seu escritório em São Luís nada têm a ver com desvios de dinheiro público, exatamente por se tratarem de ganhos em negócios lícitos. Avaliou a operação de ontem, realizada na sua residência, foi também "um absurdo". Ou seja, a dinheirama com que bancou candidatos a prefeito e a vereador em mais de 70 municípios, com a eleição de cerca de 40, entre elas gigantes como São José de Ribamar, são saíram dos cofres dos três partidos que controla no estado - PL, Avante e Patriotas.

O fato é que as duas operações colocaram o deputado Josimar de Maranhãozinho numa situação de extremo desconforto. Isso porque, contrariando suas reações, a Polícia Federal (Operação Descalabro) e o **Gaeco** (Operação **Maranhão** Nostrum) foram autorizados pelos braços federal e estadual da Justiça, e o

Ministério Público. As justificativas são densas, resultados de investigações cuidadosas, calcadas em documentos que comprovariam amplamente a ação de uma organização criminosa, que movimentou mais de R\$ 160 milhões em pouco tempo.

Não é novidade no meio político e fora dele, e para expressiva fatia do eleitorado e ainda para as Polícias Federal e Estadual e o **Ministério Público** Estadual e Federal que Josimar de Maranhãozinho é um político controverso, que atua exibindo impressionante poder de fogo financeiro, que é a base do seu poder político. Começa pelo fato de controlar, com mão de ferro, três partidos no **Maranhão** - PL, Avante e Patriotas. É conhecido nos meandros da política estadual como um chefe partidário que "cumprir acordo". Tanto que saiu das eleições municipais como o responsável direto pela eleição dos prefeitos Júlio Matos (São José de Ribamar), Belezinha Pontes (Chapadinha), Rigo Teles (Barrado Corda), para citar apenas três exemplos, além de Zé Doca, tendo sua irmã como prefeita.

Se a Operação Descalabro, realizada um ano atrás com a invasão do seu escritório e localização de uma bolada em dinheiro vivo, grana suficiente para comprar um apartamento de andar inteiro na Península, o deixou sem chão por alguns dias, a Operação **Maranhão** Nostrum foi mais dura. A começar pelo fato de que a busca e apreensão foi feita na sua residência, uma mansão com campo de futebol, palco recente de duas concentrações políticas, uma de prefeitos e outra de vereadores, marcando o deslanche de sua pré-campanha como pré-candidato ao Palácio dos Leões. Isso sem falar dos inúmeros eventos realizados nos quatro cantos do **Maranhão**.

O fato é que, por mais ousado que seja o deputado Josimar de Maranhãozinho, essas ações policiais, respaldadas pelo **Ministério Público** com autorização da Justiça, e ocorridas em meio a movimentos já intensos da corrida à sucessão do governador Flávio Dino (PSB), podem produzir efeito devastador no seu ousado projeto de se mudar para o Palácio dos Leões em Janeiro de 2023.

PONTO & CONTRAPONTO

Os comandos do DEM e do PSL aprovaram ontem a fusão dos dois partidos, criando as condições concretas para o nascimento do União Brasil, que nascerá com nada menos com 81 deputados federais, de longe a maior bancada da Câmara Federal. A fusão partidária, que agora só depende do aval da Justiça Eleitoral, terá reflexos importantes no cenário partidário maranhense. E tudo começa com uma indagação: quem será o presidente do partido, o atual presidente do DEM, deputado federal Juscelino Filho, ou o atual presidente do PSL, deputado federal Pedro Lucas Fernandes? Além disso, como o novo partido, que terá maior tempo de campanha no rádio e na TV, entre outras condições excepcionais das quais será dotado por conta do seu gigantismo, se posicionará na disputa sucessória? O presidente da nova legenda terá lugar importante nas negociações que resultarão nas eleições maranhenses. Vale aguardar.

Via de regra, vice-prefeito costuma submergir depois de um curto período de euforia por haver chegado ao posto. Alguns, porém, não se enquadram nessa tradição e se envolvem efetivamente com o Governo municipal, atuando efetivamente em ações além de compromissos protocolares. Um caso exemplar é o de Pinheiro, onde a vice-prefeita Ana Paula Lobato (PDT) se movimenta no campo político, como vice-presidente do PDT local, e no campo da gestão, realizando ações sociais, em sintonia com o prefeito Luciano Genésio (PP). Ontem, por exemplo, a vice-prefeita Ana Paula Lobato - que preside também o Grupo de Esposas de Deputados do Estado do **maranhão** (Gedema), o braço social da Assembleia legislativa -, comandou uma ação no Residencial Coqueiro, na chamada Vila Filuca, na periferia de Pinheiro, onde reuniu crianças do bairro para uma manhã de festa, com direito a com muitas brincadeiras, cachorro-quente, pipoca, algodão doce e distribuição de 600 brinquedos. "O Dia das Crianças está se aproximando e não poderíamos deixar essa data especial passar em branco. Preparamos esse momento com muito carinho e a recompensa é ver os olhos brilhando e o sorriso no rosto de cada um", assinalou a vice-prefeita de Pinheiro, que, pelo visto, está construindo um horizonte político que vai muito além das fronteiras da Princesa da Baixada.

São Luís, 07 de Outubro de 2021.

Site: <http://reportertempo.com.br/alvo-de-nova-operacao-policial-por-suspeita-de-corrupcao-maranhaozinho-pode-perder-espaco/>

Ação contra Josimar apreendeu jóias, cheques, dinheiro e arma

Cláudio Sabá

O

Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) do

Ministério Público do **Maranhão** realizou, na manhã desta quarta-feira, 6, a

Operação **Maranhão** Nostrum, em parceria com a Polícia Civil do **Maranhão**, por

meio da Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor),

Centro Tático Aéreo (CTA) e outras unidades.

Mais

de 60 mandados de busca e apreensão, expedidos pela 1ª Vara Criminal da Comarca

da Grande Ilha de São Luís, foram cumpridos em 14 municípios do **Maranhão** e na

cidade de Várzea Alegre no Ceará. Participam da operação 54 equipes da Polícia

Civil, além de promotores de justiça e servidores do **Gaeco** integrantes dos

núcleos de São Luís, Imperatriz e Timon, bem como promotores de justiça das

Comarcas de Maracaçumé, Zé Doca, Santa Inês e Guimarães, além de servidores

públicos.

Durante

a operação, foram apreendidos documentos, computadores, cheques, dinheiro,

jóias, veículos e lanchas. Em Pinheiro, um dos municípios onde as equipes

atuaram, um homem foi preso por posse ilegal de arma de fogo. Todo o material

será analisado pelo **Gaeco**.

A

decisão judicial também determinou o bloqueio de contas e aplicações bancárias

dos envolvidos até o limite de R\$ 159.745.884,37, total de recursos públicos

que teriam sido movimentados pela organização. Além disso, o juiz Ronaldo

Maciel determinou o afastamento de Irismar Cunha Rodrigues e de Herbeth Costa

Penha dos cargos que ocupam junto à Prefeitura de Zé Doca.

Em

nota, Josimar negou irregularidades.

INVESTIGAÇÃO

A

Operação **Maranhão** Nostrum é resultado do Procedimento Investigatório Criminal

nº 011660-750/2018, instaurado no âmbito do **Gaeco** em 2018, para apurar

possíveis fraudes em processos licitatórios para contratação da empresa Águia

Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda. nos municípios maranhenses de

Araguanã, Carutapera, Centro do Guilherme, Maranhãozinho, Pedro do Rosário e Zé

Doca entre os anos de 2014 a 2018.

Constatou-se,

por meio das análises técnicas realizadas pelo Laboratório de Tecnologia Contra

Lavagem de Dinheiro (LAB-LD/**MPMA**), que a empresa Águia Farma Distribuidora de

Medicamentos Ltda. foi beneficiada em diversos certames, sendo os primeiros

sócios Josimar.

Cunha

Rodrigues e Irismar Cunha Rodrigues. Estima-se que, somente em sete contratos

realizados com os municípios envolvidos, os valores alcançaram mais de R\$ 14

milhões. Ao longo da investigação, observou-se que outra empresa, Construtora

Madry, também pertencente aos investigados Josimar Cunha Rodrigues e Irismar

Cunha Rodrigues, foi beneficiada no Pregão Presencial nº 03/2014 do Município

de Araguanã, sendo a única licitante do certame a firmar o contrato no valor de

R\$ 1.593.900,00.

As

investigações apontaram que, nos anos subsequentes, embora não tenha pactuado

nenhum contrato com municípios maranhenses, a empresa recebeu o montante de R\$

6.252.240,24 de outras empresas alvos da investigação. Essas empresas haviam

firmado contratos com os municípios envolvidos. São elas: Tencol Terra Nova,

Atos Engenharia, J B Construções, Terraplam Construção, Joas Consultoria, R L

Nunes dos Santos Almeida, Josimar Viegas Almeida, Atos Engenharia, Projex

Construções e Locações EIRELI - ME, Arbo Empreendimentos e Almeida e Lima.

Além

disso, detectaram-se transações suspeitas das duas empresas Águia Farma Distribuidora

de Medicamentos Ltda. e Construtora Madry para Antônia Lima de Araújo e Mozeli

Borges da Silva, ambos vereadores do município de Centro do Guilherme que

possuem vínculo social/político com Josimar de Maranhãozinho; para Thiago da

Costa Rodrigues, Eduardo Daniel de Sousa Neto, Elicielma de Sousa Vieira

Sampaio e Antônia Jordânia Silva, servidores comissionados dos respectivos

municípios; para Luciana Macedo Barbosa, Lucas Emanuel Costa Cunha e Gildeilma

dos Reis Martins, servidores comissionados lotados no gabinete de Josimar de

Maranhãozinho, no período em que foi deputado estadual do **Maranhão**; para os

ex-prefeitos Valmir Belo Amorim (Araguanã 2012 - 2020), José Auricélio de

Morais Leandro (Maranhãozinho 2012 - 2020), André Santos Dourado (Carutapera

2016 - 2020), e ainda em favor de parentes do deputado federal.

De

acordo com o **Gaeco**, os indícios apontam para a presença de um núcleo político

liderado por Josimar Cunha Rodrigues que, por exercer forte influência nos

municípios de Araguanã, Carutapera, Centro do Guilherme, Maranhãozinho, Pedro

do Rosário e Zé Doca, formou uma rede especializada na dilapidação de recursos

públicos.

Para

isso, foi necessário que houvesse um núcleo dos "laranjas", ou seja, as pessoas

físicas que cediam suas contas bancárias para as movimentações financeiras

criminosas. Como financiadoras, pertenciam ao núcleo

empresarial as sociedades

que possuem vínculos políticos e/ou sociais com Josimar de Maranhãozinho e

contrataram com os municípios de Araganã, Carutapera, Centro do Guilherme,

Maranhãozinho, Pedro do Rosário e Zé Doca entre os anos de 2014 e 2018.

Portanto,

percebeu-se que Josimar Cunha Rodrigues ordenava e liderava a organização

criminosa que envolvia cerca de 40 pessoas, dentre elas, sócios de empresas que

contratavam com Prefeituras maranhenses ligadas a ele, vereadores, funcionários

da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, funcionários públicos

municipais e familiares. O objetivo de obter vantagem econômica ilícita era

concretizado por meio de licitações fraudulentas, prática de peculato e por

meio de transferências suspeitas que apresentam indícios de "lavagem" de

dinheiro

(Fonte: Blog do Gilberto Léda)

Site: <http://www.blogdosaba.com.br/2021/10/acao-contra-josimar-apreendeu-joias.html>

Polícia civil e MPMA realizaram operação em 14 municípios para cumprir mais de 60 mandados de busca e apreensão

Soares Júnior / Douglas Pinto

Na operação realizada pelo **MPMA** e polícia civil tinha como principal alvo o deputado federal Josimar de Maranhãozinho do PL de acordo as investigações o deputado liderava uma organização criminoso que envolvia cerca de 40 pessoas entre sócios e empresas contratadas por prefeituras maranhenses ligadas a ao deputado como vereadores, funcionários da assembleia legislativa, funcionários públicos municipais e familiares.

Segundo o **MPMA** o deputado Josimar de Maranhãozinho conseguia vantagem econômica ilícita por meio de licitações fraudulentas. Os contratos fraudulentos movimentaram cerca de 160 milhões de reais entre 2014 e 2018 período em que a distribuidora de medicamentos Águia Farma.

Tags: **MPMA**, polícia civil

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2021/10/07/TVMIRANTEAFGLOBOSOLUSMA-06.36.17-06.41.25-1633601518.mp4>

Câmara concluiu votação de projeto sobre a lei de improbidade

A Câmara dos Deputados concluiu, ontem, a votação do projeto que flexibiliza a lei de **improbidade administrativa** e passa a exigir a comprovação de **dolo (intenção)** para a condenação de agentes públicos pelo crime de improbidade.

O projeto de lei foi aprovado pela Câmara em junho, mas voltou para análise dos deputados porque foi modificado pelo Senado. Por isso, na votação desta terça, 5, os deputados analisaram somente as Ontem, os deputados rejeitaram o único destaque (sugestão de alteração) que foi à votação e, com isso, mantiveram uma mudança feita pelo Senado para dar prazo de até um ano, após a publicação da lei, para que o **Ministério Público** manifeste interesse na continuidade de um processo de **improbidade administrativa**.

Na versão original da Câmara, no caso de ações abertas antes da vigência da lei, as Fazendas Públicas poderiam manter a titularidade das ações até o final dos processos.

Segundo o deputado General Peternelli (PSL-SP), que defendeu a aprovação do destaque, um ano é um período curto para que o **Ministério Público** analise as ações - portanto, a versão da Câmara seria mais adequada, segundo ele.

"Essa proposta faz com que todas as ações que tiveram início na Fazenda Nacional parem, prejudicando-as.

O **Ministério Público** terá que analisar todas essas ações no prazo de um ano. Isso não vai permitir uma análise correta", justificou General Peternelli (PSL-SP), a favor do destaque.

Agora, a proposta segue para sanção do presidente Jair Bolsonaro, que pode cancelar ou vetar a proposta.

Uma das principais alterações estabelecidas pela proposta é que será exigida a comprovação de dolo - intenção de cometer irregularidade - para a condenação de agentes públicos.

Pelo projeto, servidores públicos que tomarem decisões com base na interpretação de leis e jurisprudências também não poderão ser condenados

por improbidade.

O texto ainda determina que só será cabível ação por improbidade se houver dano efetivo ao patrimônio público.

Improbidade Atualmente, a lei de improbidade permite a condenação de agentes públicos que lesarem os cofres públicos por omissões ou atos dolosos e culposos, isto é, com ou sem intenção de cometer crime.

Para especialistas, a mudança prevista no projeto, na prática, dificulta a condenação e, conseqüentemente, pode atrapalhar o combate a irregularidades.

Segundo o presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Ubiratan Cazetta, é "muito difícil" comprovar a intenção nos casos de improbidade.

Por sua vez, defensores da medida, parlamentares em sua maioria, dizem que a alteração é necessária para dar mais segurança aos gestores públicos na tomada de decisões, principalmente, nas prefeituras de pequenas cidades.

Site:

<https://imirante.com/oestadoma/online/reader/2021/10/07/primeiro-caderno/pagina/1>

Câmara conclui votação de projeto que revisa a Lei de Improbidade Administrativa

A Câmara dos Deputados concluiu, nesta quarta-feira (6), a votação do projeto que revisa a Lei de **Improbidade Administrativa** (PL 2505/21 - antigo PL 10887/18), que vai agora para sanção presidencial. A maior alteração do texto é a exigência de dolo (intenção) para que agentes públicos sejam responsabilizados.

Danos causados por imprudência, imperícia ou negligência não poderão ser configurados como improbidade.

A ação deverá comprovar a vontade livre e consciente do agente público de alcançar o resultado ilícito, não bastando a voluntariedade do agente ou o mero exercício da função. Também não poderá ser punida a ação ou omissão decorrente de divergência na interpretação da lei.

Serão alterados ainda o rol das condutas consideradas improbidade e o rito processual, dando ao **Ministério Público** a possibilidade de celebrar acordos, e ao juiz a opção de converter sanções em multas.

A **improbidade administrativa** tem caráter cível, não se trata de punição criminal. São atos de agentes públicos que atentam contra o Erário, resultam em enriquecimento ilícito ou atentam contra os princípios da administração pública. Entre as penas previstas estão: ressarcimento ao Erário, indisponibilidade dos bens, perda da função pública e suspensão dos direitos políticos. Advogados públicos A votação do projeto foi concluída após a aprovação em Plenário, por 287 votos a 133, de uma emenda do Senado Federal que estabelece prazo de um ano para que o **Ministério Público** declare interesse na continuidade dos processos em andamento, inclusive em grau de recurso, ajuizados por advogados públicos.

O prazo é criado porque a revisão da Lei de Improbidade determina legitimidade privativa do **Ministério Público** para a propositura da ação de improbidade, retirando dos advogados públicos essa possibilidade.

Alguns deputados defenderam a rejeição da emenda, para que os advogados mantivessem a titularidade das ações ajuizadas até a nova lei e não houvesse paralisação de casos em andamento.

Neopotismo Na sessão de ontem, os deputados aprovaram alterações pontuais e rejeitaram emenda do Senado sobre nepotismo. O texto aprovado pela Câmara inclui a súmula do Supremo Tribunal Federal (STF) que proíbe contratação de parentes no rol das condutas consideradas improbidade, mas estabelece que não se configurará improbidade a mera nomeação ou indicação política por parte dos detentores de mandatos eletivos, sendo necessária a aferição de dolo com finalidade ilícita por parte do agente.

A emenda dos senadores pretendia incluir o nepotismo como exceção à regra que exige dolo com finalidade ilícita para caracterizar nomeações dos agentes com mandatos eletivos.

"A emenda que trata do nepotismo é inoportuna, na medida em que não contribui para a clareza, precisão e ordem lógica na interpretação do texto. Julgamos que o texto original aprovado nesta Casa, mais direto e claro, é o que melhor resguarda o interesse público, atenua a possibilidade de interpretações ambíguas da norma", disse o relator do projeto, deputado Carlos Zarattini (PT-SP). "O nepotismo, no artigo 11 do projeto, já é caracterizado como **improbidade administrativa** de forma muito límpida", explicou.

Site:

<https://oprogresonet.com/centraldocliente/verpdf/R7TqiPp=m9nrLzLsnCm9IyoZLQTV6wYt9xnB3t0>

Câmara conclui votação de PL que flexibiliza lei de improbidade administrativa

Mudanças feitas pelo Congresso dificultam condenação e podem atrapalhar combate a irregularidades.

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2021/10/07/TVGLOBONACIO>

[NAL-00.08.37-00.09.33-1633578114.mp4](#)

Polícia civil e MPMA realizaram operação em 14 municípios para cumprir mais de 60 mandados de busca e apreensão

Soares Júnior / Douglas Pinto

Na operação realizada pelo **MPMA** e polícia civil tinha como principal alvo o deputado federal Josimar de Maranhãozinho do PL de acordo as investigações o deputado liderava uma organização criminosa que envolvia cerca de 40 pessoas entre sócios e empresas contratadas por prefeituras maranhenses ligadas a ao deputado como vereadores, funcionários da assembleia legislativa, funcionários públicos municipais e familiares.

Segundo o **MPMA** o deputado Josimar de Maranhãozinho conseguia vantagem econômica ilícita por meio de licitações fraudulentas. Os contratos fraudulentos movimentaram cerca de 160 milhões de reais entre 2014 e 2018 período em que a distribuidora de medicamentos Águia Farma.

Tags: **MPMA**, polícia civil

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2021/10/07/TVMIRANTEAFGLOBOSOLUSMA-06.36.17-06.41.25-1633601518.mp4>